



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001193/2023-77

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de informações acerca das câmeras utilizadas nos uniformes da Polícia Militar. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00215/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou a quantidade de batalhões que implantaram as câmeras corporais e as datas de início de utilização e explicou que não era possível informar os batalhões que dispõem dos equipamentos para não comprometer o planejamento operacional e a segurança da população. Em recurso o órgão complementou a resposta inicialmente prestada e informou a quantidade total de câmeras: *"informa que o sistema de câmeras corporais conta atualmente com 10.125 (Câmeras Operacionais Portáteis)"*. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, alegando que: *"o órgão não informa o número total de câmeras corporais disponibilizadas para a corporação Polícia Militar de todo o estado"* e solicitando a indicação do total geral de câmeras sem delimitação de divisão: *"solicito novamente, informação sobre o número total de câmeras corporais acopladas nos uniformes em uso por PMs de SP"*.
3. Esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público constatou que o número total de câmeras foi fornecido pelo órgão em sua resposta recursal e encaminhou a informação para conhecimento do requerente. Cientificado, o solicitante não mais se manifestou.
4. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e o pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme

previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 e alterações posteriores.

5. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 07 de julho de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 07/07/2023, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site